

Moderno e transparente

26 FEV 1995

JOSÉ SARNEY

O GLOBO

Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. Mas há tarefas que não podem ser postergadas. A reforma econômica e fiscal é urgente, mas a reforma política tem que caminhar paralelamente. O exemplo do México não é só econômico, é também político. Lá fizeram os avanços econômicos, mas os avanços políticos não prosperaram. Vieram Chiapas, o assassinato do candidato a presidente, a guerrilha; o capital amedrontou-se, fugiu, e veio o crack.

O Congresso brasileiro, alvo predileto e colocado como vilão no balanço dos três poderes, deve aceitar o desafio e modernizar-se, e ter um comportamento de transparência, moralidade, eficiência e trabalho.

Os Paramentos perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante todo o século XIX até a metade do século XX. Eram o centro das decisões, e elas podiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento do talento dos grandes oradores.

Infelizmente, ainda somos dominados pela visão do Parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao plenário. Mas o Congresso é muito mais. É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo, e é o único lugar onde o povo, qualquer segmento social, pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros, mesmo do próprio Parlamento.

Haverá sempre uma voz, um representante de um estado, de um segmento social, de um município, de um bairro, de uma ideologia, no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo a essa função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de palavra e de opinião do cidadão. Por isso mesmo, sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas uma aspiração de sobreviver. Sem Parlamento forte, não há democracia forte.

O que se contesta na sociedade não são os valores do Parlamento, mas a realização imperfeita desses valores. O Congresso não deve ser julgado pela conduta daqueles que o traíram, que o denegriram, que o corromperam, aviltaram e transformaram em instrumento de abuso pessoal ou de grupo. Ele é o mais essencial de todos os poderes democráticos.

Na nossa História, o Congresso do Brasil nunca falhou ao país. Ali, pode dizer-se que nasceu a Nação. Foram construídas as instituições que temos. Nenhum poder sofreu mais, no curso da nossa História. Em 1823, quando discutíamos a liberdade de imprensa, sem termos imprensa, as liberdades civis, sem termos povo, a construção de uma Nação sem termos ainda fronteiras definidas, a vitaliciedade e a independência do Judiciário, sem termos leis, vislumbrávamos um país, lançando-se as pedras fundamentais da nacionalidade. E vem a prepotência e fecha o Parlamento. Nunca ninguém pensou em fechar o Executivo, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1892, 1930, 1937, 1968 e 1977.

A vulnerabilidade do Congresso decorre do fato de ser a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de crítica. As sentenças são tornadas públicas só depois de publicadas, as decisões do Executivo são coordenadas no âmbito do próprio Governo. As decisões legislativas, ao contrário, são tomadas em público, com divergências públicas e à mercê de interesses contrariados ou favorecidos.

A visão de um Congresso como uma corte celeste ou uma reunião de sábios e notáveis, e não de homens e políticos, é, sem dúvida, irrealista e ingênua. Os congressistas são recrutados dentro da sociedade e serão mais representativos enquanto expressão dessas camadas sociais.

No mundo inteiro a instituição parlamentar está com a sua legitimidade contestada. Surgiu um novo interlocutor da sociedade democrática, a opinião pública com poder político agregado. Ela é formada pela mídia que, graças às conquistas da ciência e da tecnologia, pode, em uma velocidade incalculável, como é o fascinante mundo dos satélites, fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens. E o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade. O padre Antônio Vieira já dizia que, sendo tão natural no homem o desejo de ver o apetite de ser visto é muito maior. O uso de ver tem um fim com a vida, o apetite de ser visto não acaba com a morte.

O velho conceito da democracia representativa entrou em competição com outras legitimidades. Os Congressos envelhecem e os partidos sofrem, também, o mesmo fenômeno com os seus programas. E o país, que não tem tradição partidária, convive com algumas reminiscências de instituições políticas do fim do século XIX, de que é exemplo o voto

proporcional uninominal, desintegrador dos partidos e estimulador da corrupção. Basta dizer que o Brasil é o único país do mundo onde ainda se pratica esse sistema eleitoral.

Durante muito tempo, julgou-se que o Estado era o instrumento do bem-estar social. Hoje, com o fim das ideologias, o desmoronamento dos dogmas e sectarismos, já se sabe que o desenvolvimento social só terá êxito com o desenvolvimento econômico. Estamos advertidos, também, de que esse sistema não é bom distribuidor de renda, sendo necessário que o Estado seja forte para prestar serviços e impedir que se crie uma sociedade injusta. Assim, o que deve pesar não é o tamanho, mas a qualidade do Estado. Caminhamos para um mundo cada vez mais interdependente. De livre circulação do capital, que pode tirar seu passaporte e nacionalidade a qualquer hora, em qualquer casa de câmbio.

A respeito do Congresso, perpassa aos olhos da sociedade uma visão de ineficiência, de desnecessidade do Poder Legislativo, quando, na realidade, vivemos é uma crise profunda das instituições de governo com o sistema criado pela Constituição de 88.

O Congresso está desafiado a promover uma reforma que recoloque o Brasil em sintonia com as profundas transformações registradas no mundo, nos últimos anos. São mudanças estruturais indispensáveis para que o país consiga romper o cerco armado por um modelo de desenvolvimento esgotado, o qual atribuía ao Estado, na verdade, papel de agente econômico. O Brasil cresceu, suas estruturas tornaram-se mais complexas, criando uma variada gama de agentes econômicos que clamam por espaços para recolocar o sistema produtivo no lugar de relevo que lhe está reservado.

Mas, por outro lado, é necessário que as reformas políticas sejam feitas para que o Poder Legislativo possa funcionar, porque, na verdade, ele foi fujimorizado pela Constituição de 88, isto é, ele funciona somente para sancionar a atividade legislativa que a "cidadã" concedeu ao Executivo.

Daí o desestímulo, a sua incapacidade de despertar vocações políticas e o atrativo de ser a vitrine que se busca para sempre querer descobrir um escândalo, muitas vezes justificado pela própria visão da Casa ou de alguns dos seus membros.

E esse o mais grave impasse político do país.

Do patriotismo conjugado do presidente da República e do presidente do Congresso Nacional virá a solução para os dois poderes, o Executivo e o Legislativo.

José Sarney é presidente do Senado Federal.